

Algumas Ponderações Possíveis Sobre Psicologia Política

Some Possible Considerations about Political Psychology

Algunas Ponderaciones Posibles Sobre Psicología Política

Alessandro Soares da Silva – USP

Celso Zonta – UNESP

Editores

É com prazer renovado que apresentamos o número 18 da Revista de Psicologia Política para este ano de 2009. A cada número publicado reafirmamos o compromisso com a construção de uma Psicologia Política crítica e transformadora e a serviço de uma sociedade justa. Tal labor tem reunidos a inúmeros pesquisadores do campo que tem procurado refletir sobre aspectos de uma sociedade complexa e que exige cada vez mais uma resposta interdisciplinar. É nesse quadro, e com esse intuito, que percebemos os esforços dos autores que aqui estão reunidos em nove artigos.

Curiosamente, a **RPP 18** é um fascículo que se divide em dois blocos informais. O primeiro bloco, com cinco artigos, trata de aspectos teórico-práticos da psicologia política e do que significa esse espaço de produção de saber e de intervenção profissional e, o segundo, com quatro manuscritos, de análises psicopolíticas do campo do trabalho e das organizações.

Em *Para qué Psicología Política?* Maritza Montero (UCV – Venezuela), discute o papel da Psicologia Política como um campo científico que desempenha um papel social. Maritza analisa criticamente as definições mais frequentes utilizadas na literatura especializada, e revela seus alcances e limitações, e demonstrando que a tendência atual é a de considerar a Psicologia Política como uma subdisciplina que seja capaz de gerar suas próprias teorias, e que seja independente da ciência política. Discute o que usualmente se aponta como seu objeto e campo de estudo destacando suas inconsistências e forças tendo como referência principal o aporte latinoamericano. O artigo para além de suas virtudes teóricas, é também um verdadeiro chamado ao compromisso pela luta contra a tirania e a opressão.

O artigo *Psicología Política para la democracia, los derechos humanos y el desarrollo académico – Partilhando experiências de Costa Rica*, de Mirta González Suárez (UCR – Costa Rica), dá, em certa medida, continuidade ao debate anterior ao tratar o desenvolvimento de uma visão política para a mudança social baseada na organização e desenvolvimento da Faculdade de Psicologia da Universidade de Costa Rica. A partir da análise do contexto histórico-social, do desenvolvimento da Psicologia e especificamente da Psicologia em alguns países da América Latina, e algumas notáveis experiências na luta pelos direitos humanos, forneceram as bases da discussão sobre os objetivos da formação nos cursos de Psicologia. A autora considera que a busca de mudanças para a construção de uma sociedade promotora de saúde mental e o exercício dos direitos humanos, pode ser feita a partir da Psicologia Política como um eixo transversal, indispensável nos diagnósticos, nas intervenções, na criação e avaliação de políticas públicas.

No texto *Por que é importante para a psicologia política estudar o direito?*, de Lila Spadoni (UniEvangélica – Brasil), defende-se que o direito deva ser objeto privilegiado de estudo da Psicologia Política, pois ele impõe aos indivíduos padrões de interações sociais marcadas pelas relações de poder. Spadoni afirma que a legislação organiza muitas formas de interações humanas e pode ser estudada enquanto representações sociais de grupos majoritários. Discute também no texto o impacto da legislação sobre as representações dos grupos minoritários, que podem gerar comportamentos de submissão ou de desviância.

O quarto artigo desse bloco intitula-se *Psicologia Social como Psicologia Política? A proposta de Psicologia Social Crítica de Silvia Lane* e é de autoria de Aluisio Lima (UFC – Brasil), Antonio Ciampa (PUCSP – Brasil) e Juracy Armando Mariano de Almeida (PUCSP – Brasil). Estes autores retomam a discussão de Práxis em Psicologia Social, ressaltando a relação desta com a transformação das condições sociais e individuais. Tomando como ponto de partida as proposições de Silvia Lane sobre a Psicologia Social Crítica, os autores defendem que esta Psicologia deve estar a serviço da emancipação, desenvolvendo uma práxis crítica e criadora. Discutem a noção de práxis como o resultado do movimento entre teoria e prática que se dá a partir de um processo dialético, colocando a possibilidade transformadora como exigência da reflexão teórica. Apontam, entre outros elementos, para a falta de ação, a alienação ou simplesmente da postura burguesa de grande parte dos profissionais *psi*, bem como dos formidáveis obstáculos sistêmicos que se opõem às iniciativas de mudança ou à adoção de novos e diferentes saberes. Concluem pela necessidade de se compreender a Psicologia Social também como Psicologia Política enquanto afirmação de uma Psicologia Social Crítica aberta para novos modos de ser e agir, preocupada com os projetos de vida individuais e com a dinâmica dos processos históricos-sociais.

Fechando esse bloco, temos o artigo *O pessoal torna-se político: o papel do Estado no controle da violência contra as mulheres*, de Fabio Angelim e Glaucia Diniz (UnB – Brasil). Nele, se discute, a partir de uma perspectiva psipolítica, o papel do Estado e do movimento feminista no controle da violência contra as mulheres. Problematiza a definição de violência e apresenta o contexto de luta política, em níveis nacional, internacional e também subjetivo, ilustrado no caso de Maria da Penha. A contextualização política do drama pessoal das mulheres vítimas é abordada de maneira a valorizar a participação e a autonomia das mulheres ao longo do processo de ajuda oferecido pelo Estado. Os autores argumentam ainda a importância da convergência de ações de promotores, magistrados, equipes multidisciplinares e mulheres vítimas no processo de interpretação da violência a fim de buscar a melhor forma de ga-

rantir a integridade física e a segurança dessas mulheres, e quanto aos desafios da psicologia nesse contexto.

O sexto artigo abre o segundo bloco de textos deste fascículo mais voltado o campo profissional e compõem o que poderíamos chamar de uma *Psicologia Política do Trabalho*, marcada pelo diálogo entre a Psicologia Social, a Política e a Administração. Assim, o texto intitulado *Inserção laboral, juventude e precarização*, de Raquel Nascimento Coelho (UCM – Espanha) e Cássio Adriano Braz de Aquino (UFC – Brasil), busca analisar os efeitos da nova organização produtiva que afeta de modo especial os jovens. Tomando a juventude como uma etapa de transição à vida adulta, e o trabalho como lugar privilegiado nessa passagem, os autores apontam para a reflexão sobre a interação entre a inserção laboral e os processos de precarização que têm caracterizado a participação dos jovens no contexto contemporâneo do trabalho. Articulando uma breve reflexão teórica e dados de pesquisas realizadas com jovens, os autores discutem a ideia de uma indissociabilidade entre inserção laboral, precarização e juventude. Denunciam a tendência a “naturalizar” essa relação, defendendo a compreensão dos mecanismos que conduzem à superação de um essencialismo e viabilizem pensar alternativas a essa tendência.

Os três artigos seguintes contemplam problemas advindos dessa precarização do mundo do trabalho e que impactam em relações interpessoais, intergrupais e na produção social da subjetividade dos sujeitos neles envolvidos. Desta feita, em *Um Estudo Sobre o Estresse em Profissionais da Área de Logística da Indústria Automobilística* André Goto (UNINOVE – Brasil), Maria Souza (UNINOVE – Brasil) e José Lima Junior (UFJF – Brasil), fundamentados nas premissas teóricas sobre estresse ocupacional e suas manifestações, procuram desvendar as estratégias de enfrentamento do estresse pelos indivíduos nas organizações. Para tanto, resgatam os conceitos definidos por Selye (1956) e analisa os depoimentos de profissionais da área de logística para compreender os fatores que, na percepção dos trabalhadores, têm implicações nos níveis de estresse vivenciado no trabalho e as estratégias desenvolvidas por esses profissionais para enfrentá-lo. Os autores concluem que as atividades de logística, com prazo curto e volume excessivo de trabalho, levam os profissionais a um estado constante de estresse e as principais estratégias de enfrentamento apontadas foram a tentativa do domínio do estresse por meio do controle da carreira e dos conteúdos do trabalho para reduzir a pressão e o desgaste vivenciados no ambiente de trabalho.

Em *Sedução e Servidão em um Caso de LER/DORT: diálogo entre a Psicodinâmica do Trabalho e a Sociologia Clínica*, de Elizabeth Rossi (UnB – Brasil), Ana Mendes (UnB – Brasil), Marcus Vinícius Siqueira (UnB – Brasil) e José Newton Araújo (PUC-Minas – Brasil), por meio do relato de pesquisa sobre um caso de uma bancária portadora de LER/DORT, discute o processo de adoecimento atravessado por um jogo de forças entre a trabalhadora e a empresa, na qual ela deixa-se seduzir pelas promessas de ter seus desejos realizados. Apoiado nos princípios da Psicodinâmica do Trabalho e da Sociologia Clínica o artigo ressalta o papel das estratégias de defesa utilizadas pela trabalhadora para transformar as fontes patogênicas do trabalho e ressignificar o sofrimento.

O último artigo deste fascículo trata de *Estratégias Micropolíticas para Lidar com o Desemprego: Contribuições da Psicologia Social do Trabalho* e é da autoria de Marcelo Afonso Ribeiro (USP – Brasil). Nele, o autor discute o contexto sociolaboral contemporâneo, onde o emprego deixou de ser central na organização do trabalho, com o aumento significativo do desemprego e formas precárias de trabalho (subemprego). Sob este contexto, este artigo a

analisa o fenômeno do desemprego em sua dimensão psicossocial e reflete sobre as possibilidades de intervenção da Psicologia Social do Trabalho. Conclui que a Psicologia pode contribuir para uma compreensão psicossocial do desemprego tanto no nível teórico, como no nível político, participando das equipes que colocam em ação as políticas públicas de combate ao desemprego (nível programático), e auxiliando as pessoas em situação de desemprego com estratégias que visem a elaboração e implementação de um projeto de vida e de um plano de ação sociolaboral (nível da ação).

Fechamos esse número 18, bem como o volume 9 da Revista Psicologia Política apresentando uma resenha de Marco Antonio Bettine de Almeida (USP – Brasil) a respeito do livro *Luta, Resistência e Cidadania: uma análise psicopolítica dos Movimentos e Paradas do Orgulho LGBT* de Alessandro Soares da Silva. O livro *Luta Resistência e Cidadania* é um trabalho de fôlego, onde as 514 páginas do livro demonstram a relevância do tema, bem como os diversos assuntos que o autor aborda, oferecendo para o leitor tanto uma leitura histórico-político-social dos movimentos sociais das lésbicas, dos gays, dos bissexuais e dos transexuais (LGBT), quanto uma discussão teórica aprofundada acerca de Luta, Resistência e Cidadania. Ao abordar a questão dos Movimentos e Paradas, de forma contextualizada às atuais configurações político-institucionais, socioculturais e organizacionais de um mundo heterossexista, o autor, destaca Marco Antonio, contribui sobremaneira para a construção de uma abordagem crítica e processual do fenômeno, constituindo-se como referência obrigatória, tanto para aqueles que buscam orientações e conhecimentos aprofundados sobre o assunto, quanto para os estudiosos dos movimentos sociais.

O grande mérito da publicação reside na abordagem do movimento gay como espaço de construção política e cidadania. Investigar a experiência coletiva do movimento e da parada do orgulho LGBT comporta importante visibilidade no campo político.

Por fim, queremos compartilhar com cada um de nossos leitor@s alguns números que se referem ao trabalho editorial que pudemos coordenar. Nosso processo editorial é marcado por um exame rigoroso dos manuscritos e por um diálogo respeitoso com noss@s autor@s, consultor@s e conselheiros e destes entre si, sempre a partir de nossa mediação editorial. Assim, compartilhamos os resultados desse volume com autor@s, consultor@s *Ad Hoc*, e conselho editorial. Neste ano, recebemos 48 artigos para avaliação, sendo que foi necessária a colaboração de 66 avaliador@s. Destes, 10 advêm de 9 instituições estrangeiras e 56 consultor@s 26 de instituições nacionais. A ess@s colegas nosso muito obrigado! Muito obrigado por elegerem a **Revista Psicologia Política** como veículo de divulgação científica especializada na hora de submeter sua produção, bem como veículo com o qual desejam colaborar na qualidade de consultores e conselheiros!

Um agradecimento especial desejamos deixar também ao **Instituto Henfil** que neste ano de 2009 apoiou a manutenção de nossa **Revista Psicologia Política** financiando nossos custos de editoração.

Esperamos que nos números que seguem no ano de 2010, sejam tão exitosos quantos os deste ano, pois a revista Psicologia Política completará 10 anos em atividade.

A tod@s uma boa leitura.